



“Ao mestre, com carinho”: a importância da amorosidade freiriana no processo de educação básica

Patrícia Miranda, Elvis Rezende Messias

Resumo: Esta pesquisa objetiva estudar a amorosidade no pensamento de Paulo Freire, refletindo sobre sua importância no ato de educar. Para o desenvolvimento do trabalho, restringimos o campo de análise às séries iniciais da Educação Básica, especificamente a fase da alfabetização. O conceito de amorosidade foi desenvolvido por Freire como elemento essencial durante todo o processo educacional, e vai além da qualidade de quem é amoroso nem é algo meramente abstrato. Ela se concretiza na relação com o outro. Como metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. Iniciamos estudando a vida e as principais contribuições de Freire à educação. Em seguida, apresentamos a dicotomia educação bancária/libertadora e o conceito de amorosidade aplicado à educação. Por fim, apresentamos um panorama sobre a alfabetização e como a amorosidade se torna fundamental nessa fase.

Introdução: “Ao mestre, meu respeito e carinho”¹

Paulo Freire é o educador brasileiro dentre os mais respeitados e estudados em cursos de licenciatura, nos quais é exigência frequente conhecer a essência do seu pensamento. Em cursos de Pedagogia, por exemplo, suas ideias são vistas em disciplinas como Prática de Ensino, Didática,

¹ Os subtítulos das seções que compõem este artigo foram retirados do samba-enredo “O poder do saber! Se saber é poder, quem sabe faz a hora, não espera acontecer!”, apresentado pela escola-de-samba paulista G.R.C.S.E.S. Águia de Ouro para o carnaval de 2020. A escola sagrou-se campeã naquele ano. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/aguia-de-ouro-sp/2020-o-poder-do-saber-se-saber-e-poder-quem-sabe-faz-a-hora-nao-espera-acontecer/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

Filosofia da Educação e História da Educação. Em razão dessa importância, muitos estudos já foram elaborados acerca da filosofia e das práticas propostas pelo educador.

Consideramos que o tema da amorosidade em Freire deve ser destacado no campo da formação de professoras e de professores, especialmente aplicado à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental I, quando se aprimora a capacidade de linguagem e se aprende o código de língua escrita pela alfabetização. Temos a hipótese que a amorosidade é um elemento essencial no processo formativo da/do estudante nesses segmentos da Educação Básica.

O método é bibliográfico, indo a repositórios institucionais, artigos acadêmicos e livros, com escopo exploratório, propiciando “visão geral, de tipo aproximativo” (GIL, 2009, p. 27), do tema. O texto visita primeiro a vida, obra e importância educacional de Freire. Após, explora a dicotomia educação bancária/libertadora e trata do conceito de amorosidade. Apresenta, enfim, algumas possibilidades de aplicação da amorosidade na alfabetização.

Paulo Freire: “Na explosão a dor, uma lição ficou / Sou aprendiz do Criador

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife-PE em 19 de setembro de 1921 e faleceu em 2 de maio de 1997. Teve como mãe Edeltrudes Neves Freire e como pai Joaquim Temístocles Freire. A família mudou-se para Jaboatão dos Guararapes em 1931, mas perdeu o pai em 1934, ficando o sustento da família a cargo de sua mãe.

Freire graduou-se em Direito pela Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mas nunca exerceu a profissão. Preferiu dedicar-se à docência de Língua Portuguesa no Colégio Oswaldo Cruz, onde havia cursado os estudos secundários. Esse foi seu primeiro emprego como docente, a partir de 1941 (VALE et al., 2005).

Casou-se com Elza Maria Costa de Oliveira em 1944, assim vivendo até o falecimento dela, em 1986. Do casamento nasceram cinco filhos. Com Elza, sua grande inspiração, Freire aprendeu a valorizar a alfabetização dos adultos e desenvolveu a ideia da alfabetização consciente: a necessidade de estudar a condição de vida dos alfabetizandos, para a libertação de sua condição de oprimido. Em 1988 casou-se com Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire), ex-aluna do Colégio Oswaldo Cruz, com quem Freire ficou até sua morte, em 1997.

Defendeu tese para docência na Escola de Belas Artes (UFPE) em Filosofia e História da Educação, com o tema “Educação e atualidade brasileira”, em 1958. Ali lançou bases para a educação democrática, tendo o educando no centro do processo ensino-aprendizagem.

Em Angicos-RN, Freire teve, em 1963, sua grande vivência alfabetizadora: em apenas 45 dias, 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados, sendo referência em alfabetização: o Método Paulo Freire. “Este trabalho obteve grande repercussão nacional e internacional” (VALE et al., 2005, p. 64), possibilitando, em 1964, no governo João Goulart, que Freire coordenasse Programa Nacional de Alfabetização, instituído através do *Decreto nº 53.465*, que considerou, dentre outras razões, “que o Ministério da Educação e Cultura vem provando, através da Comissão de Cultura Popular, com vantagem o Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido” (BRASIL, 1964). Angicos é o símbolo da educação popular.

O opressor só se solidariza com os oprimidos quando seu gesto deixa de ser um gesto piegas e sentimental de caráter individual, e passar ser um ato de amor àqueles. Quando, para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passar a ser os homens concretos, injustiçados e roubados. Roubados na sua palavra, por isto no seu trabalho comprado, que significa a sua pessoa vendida. Só na plenitude deste ato de amar, na sua existenciação, na sua práxis, se constitui a solidariedade verdadeira. Dizer que esses homens são pessoas e como pessoas, são livres, e na concretamente, fazer para que esta afirmação se objective, é uma farsa. (FREIRE, 1987, p.20)

Grande novidade do Método Freire é superar propostas das tradicionais cartilhas, em atenção à realidade concreta dos alfabetizandos e à leitura de mundo, além da decodificação das letras. Freire sugere ao docente trabalhar com *palavras geradoras*, trazendo a realidade do educando/trabalhador ao centro do processo ensino-aprendizagem, que aprenderia palavras como “enxada”, “cana”, “trator”, “tijolo”, “cimento”, sem esperar chegar à letra inicial de cada palavra, como preveem os métodos tradicionais. Da codificação/decodificação fonética dessas palavras, surgem novas e amplia-se o repertório léxico e crítico do cidadão.

² Ver: <http://www.acervo.paulofreire.org/>. Acesso em: 25 abr. 2023. Ver também Vale et al (2005).

Freire atuou no Ministério da Educação do governo João Goulart. Mas, em 1964, por causa do Golpe Civil-Militar, o Método foi considerado subversivo e Freire ficou preso por 70 dias, exilando-se depois. No exílio, ficou na Bolívia e, após, no Chile, onde trabalhou por 5 anos e consolidou sua experiência político-pedagógica. Depois, viveu em vários continentes.

Seu primeiro livro, *Educação como prática da liberdade*, de 1967, foi bem recebido na América, sendo base à formação docente no Chile, Argentina, México e Estados Unidos. Já seu livro mais conhecido, *Pedagogia do Oprimido*, concluído em 1968, foi lançado primeiro em espanhol e em inglês, em 1970. No Brasil ditatorial, só foi publicado em 1974.

Freire atuou ainda como professor visitante em Harvard por um ano letivo (tempo máximo então permitido), em 1969, onde proferiu palestras e seminários sobre a educação como ato político. Em 1980, com a anistia de 1979, após 16 anos de exílio, voltou ao Brasil.

Freire teve como princípio de vida a educação popular. Por meio dela objetivava não só escolarizar o educando, mas formar sua consciência política, tornando-os cidadãos. Seus livros retratam sua filosofia e seu posicionamento humanizado em favor dos oprimidos.

Freire recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* em 39 universidades mundo afora (VALE et al., 2005), reconhecido por seu trabalho educacional. Recebeu, ainda o “Prêmio Rei Balduino para o Desenvolvimento” (Bélgica, 1980), o “Prêmio UNESCO da Educação para a Paz” (França, 1986) e o “Prêmio Andres Bello”, como Educador dos Continentes (EUA, 1992). Quando recebeu o prêmio da UNESCO, disse que “os homenageados não podem dormir em paz só porque receberam a homenagem. Eu me sinto cobrado a continuar a merecer a homenagem de hoje.” (FREIRE, 1986 apud VALE et al., 2005, p. 60).

Uma vez que, para Freire, a realidade do educando deve ser considerada na construção do processo ensino-aprendizagem, uma importante perspectiva do seu pensamento se destaca: a não-separação de teoria e prática. A educação é um determinado conjunto de ideias referente ao conhecimento colocado em prática e que é também ressignificado na prática: “A educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática.” (FREIRE, 2000, p. 40)

Foi durante a escrita da *Pedagogia do Oprimido*, no Chile de Salvador Allende, que Freire teve maior contato com o materialismo histórico-dialético. Para o educador brasileiro, é necessário ultrapassar e mudar a perspectiva opressora da educação e não mais se transmitir o conhecimento impositivo que inibe o educando, mas respeitar sua autonomia e sua dignidade.

Em *Pedagogia da autonomia*, Freire antevê, de certo modo, problemas atuais. A autonomia deve ser construída não só pelo aluno, mas num processo que se inicia na formação de professoras e professores, fazendo com que combatam preconceitos do saber pessoal e promovam a valorização da identidade cultural. Segundo Andrade e Varisco (2018),

Freire esclarece que ensinar não é apenas transferir conhecimento, mas insistir naquilo que conhece [...] o conhecimento está atrelado a uma experiência de vida, isto é, a um testemunho real daquilo que se expõe como conhecimento adquirido. Não se pode apenas falar de forma erudita, mas encarnar a construção do conhecimento. Não basta argumentar sobre o racismo se a vivência do educador ou do aluno não condiz com o discurso proferido. Há nesse conceito a preocupação com o discurso e sua aplicação cotidiana. (ANDRADE; VARISCO, 2018, p. 50).

É uma proposta, que, parecendo elementar, ainda não foi aplicada integralmente em todos os níveis educacionais. A construção da autonomia discente é ainda um desafio.

A definição geral de educação apresentada por Paulo Freire pode ser escrita com as seguintes palavras: educação é uma concepção filosófica e/ou científica acerca do conhecimento colocada em prática. A teoria do conhecimento freiriana, por sua vez, pode ser sintetizada assim: o conhecimento é um processo social criado por meio da ação-reflexão transformadora dos humanos sobre a realidade. Já a definição específica de educação [...] pode ser expressa nos seguintes termos: educação é o processo constante de criação do conhecimento e de busca da transformação-reinvenção da realidade pela ação-reflexão humana. (COSTA, 2015, p. 85).

Assim, para Freire, a educação marca-se por duas facetas: a educação dominadora, que pensa o educando como um receptáculo de conhecimento e serve às classes dominantes; e a educação

libertadora, que tem o estudante como sujeito da própria formação e agente de transformação social, sendo este o centro do processo educativo libertador, como foi dito.

A educação como instrumento de liberdade: “Em cada traço que rabisco no papel / Vou desenhando o meu destino”

Definir o que é educação não é tarefa fácil. Mas, é comum a noção de que ela é uma forma de transmissão de sabedoria/conhecimento entre pelo menos dois sujeitos. Um sujeito é aquele que sabe, aquele que estudou; e o outro é aquele que não sabe e precisa deste conhecimento para galgar espaços na sociedade. Essa visão, contudo, tem uma perspectiva verticalizada da educação, numa hierarquia na qual uma pessoa sempre sabe mais do que outra e a ensina tendo em vista sua libertação da ignorância (SILVA; DERING, 2019).

A Constituição de 1988 determina, no artigo 6º, a educação como direito social fundamental. E, no artigo 205, o Estado assume a Educação como um de seus deveres. A legislação que regulamenta a educação no Brasil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que normatiza concretamente como deve ser o sistema educacional brasileiro.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º *A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.* (BRASIL, 1996, itálicos nossos).

Ao pontuar que a educação brasileira deve vincular-se ao “trabalho e à prática social”, surgem alguns questionamentos: qual prática deve ser valorizada no processo educacional? O cidadão deve ser formado para ser mão-de-obra disponível no mercado de trabalho? A educação tem sido submetida às demandas do mercado, ensinando “conhecimentos práticos e, não de fato, para a formação integral dos sujeitos” (SILVA; DERING, 2019, p. 60).

Freire (1987) compreende a educação como um processo humano. Em *Pedagogia do oprimido*, apresenta o conceito de educação bancária, um instrumento que limita a educação e perpetua conceitos problemáticos como aqueles (e muitos outros) mencionados no início desta seção. O educador bancário inviabiliza um diálogo humanizado com o educando, ele pratica a antidualogicidade. Numa pretensa posição de poder e de saber absoluto, tem características narcisistas em sala, reduzindo os estudantes à condição de meros espectadores.

Na “educação bancária”, o professor faz “depósitos” na mente do estudante. Deposita conteúdos/informações e o estudante armazena-os para acessá-los depois (a reserva bancária do conhecimento depositado). Como tábula rasa, o aluno é papel em branco a ser preenchido.

Ainda hoje essa educação se faz presente: lousas cheias de atividades; estudantes fazendo atividade de cópia; aula expositivas quase sem diálogo algum; discentes enfileirados um atrás do outro³; silenciamento forçado, autoritário, que abafa a criatividade (FERRAREZI JR. 2014), tudo isso pode ser indício de que a educação bancária está sendo praticada.

A educação bancária bem como seu mais conhecido agente, o educador bancário, é para Freire o principal instrumento da opressão ou, melhor definindo, o instrumento que representa o início da opressão que educandos sofrerão até seus últimos dias de vida, especificamente, aqueles que são filhos do terceiro mundo, que foram e são oprimidos desde a colonização de seus países. (MACHADO, 2021, p. 42).

Reproduzindo esse sistema no qual o estudante é apenas o receptáculo da informação, perpetua-se a perspectiva histórica de colonialismo sofrida pelo Brasil. O passado colonial se torna presente numa colonialidade formativa que não transforma a realidade opressora.

Por isto mesmo é que uma das características desta educação [...] é a “sonoridade” da palavra e não sua força transformadora. Quatro vezes quatro, dezesseis; Pará, capital Belém, que o educando fixa, memoriza, repete, sem perceber o que realmente significa quatro vezes quatro. O que

³ Esses recursos não são propriamente bancários. A depender da dinâmica relacional em sala, se marcada de amorosidade, não haverá uma educação bancária o mero uso desses instrumentos.

verdadeiramente significa capital, na afirmação, Pará, capital Belém. Belém para o Pará e Pará para o Brasil. (FREIRE, 1987, p. 33).

Em perspectiva oposta à educação bancária, Freire apresenta a educação libertadora, que não é depositadora. A aprendizagem é vivida de forma dialogal e a realidade do discente é focalizada. Fazendo um contraponto com o exemplo mencionado acima, observa-se que uma sala de aula na qual se pratica a educação libertadora primeiramente é local onde não há silêncio: diálogo pressupõe conversa, som, “barulho”; o docente não está sempre à frente da sala, mas atendendo discentes (ou grupo deles); não há a necessidade de fileiras constantes, os estudantes podem se organizar em grupos; vive-se o que favorece o diálogo.

[...] a educação é a prática que liberta os oprimidos. Nessa perspectiva de educação libertadora educadores bancários não cabem, mas sim educadores-educandos. Segundo Freire, o educador-educando (ou também referido pelo autor como educador dialógico ou educador problematizador) não realiza uma “doação” de saber como o educador bancário tampouco deposita seu saber em um educando vazio e desprovido de história, mas sim, através essencialmente da dialogicidade, educa seus educandos à medida que também é educado por eles neste processo. (MACHADO, 2021, p. 61).

Com já dissemos, o Método Paulo Freire volta-se à erradicação do analfabetismo. O seu sucesso está especialmente no fato de não seguir uma cartilha determinada. O educando aprende as palavras que fazem parte de seu cotidiano, não sendo formatado pelo material didático. A educação libertadora, desse modo, exige do docente uma abertura para o mundo e profundo respeito pela realidade discente, em vez de criar realidades artificiais ao processo ensino-aprendizagem. Como diz Machado (2021):

Uma prática pedagógica libertadora na perspectiva freiriana pode ser definida como uma prática em que o educando é sujeito, mas não objeto, no qual há uma relação de diálogo entre educandos e educadores, na qual a visão do mundo do educando é considerada mesmo estando em contraste

com a visão de mundo do educador. Freire pontua que a reflexão e ação do educador se dão simultaneamente. (MACHADO, 2021, p. 45).

Na perspectiva da educação libertadora, o estímulo à palavra deve ocorrer na formação inicial docente, observando-se a necessidade, em práticas dialógicas, de haver respeito às diferenças entre sujeitos durante esse processo. Quanto ao diálogo, é mais que um bate-papo, mas “o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 1987, p. 44). Enfim,

O que precisamos de fato encarar é que ou a escola passa a ser um espaço vivo de produção de saberes, de valorização da curiosidade, da pesquisa, da arte e da cultura, da criatividade, da reflexão um espaço de convivência ética e democrática no qual se exercita a cidadania, um espaço vinculado à comunidade a que pertence bem como à cidade, ao país e ao mundo, ou estará fadada ao desaparecimento. (MOSÉ, 2014 apud SILVA; DERING, 2019, p. 62).

A amorosidade em Paulo Freire: “É nova era, o futuro começou / É tempo de paz, resgatar o valor”

Rolando Toro (2002, p. 90 apud DALLA VECCHIA, 2019, p. 28) vê a “afetividade” como um estado de afinidade profunda com outras pessoas, capaz de dar origem a sentimentos de amor, amizade, altruísmo, solidariedade. Já Machado (2021) afirma que

Paulo Freire é um dos principais estudiosos brasileiros que discursou acerca da relevância da amorosidade nas relações interpessoais em contexto de Educação, abordando primordialmente a amorosidade docente em suas obras, a amorosidade que (re) constrói socialmente o outro através da educação como prática de liberdade. (MACHADO, 2021, p. 46).

Para Freire, o sentido da amorosidade se concretiza na relação com o próximo. Na relação de convivência docente/discente explicita-se a postura amorosa, curiosa e aberta do docente, que deve instigar o estudante à construção da própria autonomia. Segundo diz:

É a convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provocados a se assumirem enquanto sujeitos sócio-histórico-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. Pressupõe romper com concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnoseológica. (FREIRE, 2002, p. 7).

O educador precisa abandonar a postura de opressor e o educando, a de oprimido. “Freire deixou obras marcadas pela amorosidade e a importância desta nas relações humanas, adjetivando a amorosidade como uma “virtude”, uma característica indispensável dos docentes para com seus educandos.” (MACHADO, 2021, p. 46). Daí que Paulo Freire não trata a amorosidade como algo piegas, ações e/ou gestos banais que, no senso comum, se confundiriam com sentimentos afetivos excessivos. Amorosidade, antes mesmo de ser uma prática revolucionária em sentido estrito, pressupõe a revolução da relação horizontal entre educador e educando, tomando a igualdade entre ambos como ponto de partida irrenunciável.

A amorosidade freiriana que percorre toda sua obra e sua vida se materializa no afeto como compromisso com o outro, que se faz engravidado da solidariedade e da humildade. Usando o prefixo com-, ganha força a ideia de compromisso que pode significar prometer-se consigo e com o outro. (FERNANDES, 2019, p. 39).

Ora, na ótica freiriana, a educação é pautada na relação dialógica entre educador e educando, repudiando-se o silenciamento. Questiona Freire (2002, p. 27): “Como ser educador, se não desenvolvo em mim a indispensável amorosidade aos educandos com quem me comprometo e ao próprio processo formador de que sou parte?”. Na educação bancária, há um silenciamento do corpo e da fala, impedindo que o educando compartilhe suas experiências e construa coletivamente o

saber. Nessa situação, o “bom aluno” é sempre aquele que obtém a melhor nota na prova e fica sempre quieto em sala de aula. Por outro lado,

Pensar uma relação dialógica pressupõe o rompimento de alguns mitos que foram se construindo acerca do diálogo, principalmente no espaço escolar, compreendendo-o como ameaça à autoridade do professor, como um ato permissivo, como “bate-papo”, “perda de tempo”, ou ainda, “jogar conversa fora”. O diálogo ultrapassa e tem um significado muito maior e abrangente que uma simples conversa. Ele implica, necessariamente, tanto os seres que aprendem quanto o conteúdo acerca do que aprendem e os argumentos e exposições que se fazem a partir desse sujeito cognoscente e do objeto cognoscível. (TONIOLO, 2010, p. 61).

Logo, amorosidade e dialogicidade são conceitos que perpassam a vida humana. O ser humano é um ser para *viver com* em sociedade. Uma das características que o torna um animal diferente de outras espécies é justamente sua capacidade de demonstrar amorosidade pelo próximo sem que isso resulte, propriamente, uma relação para acasalamento. “Essas duas dimensões se constituem em elementos fundamentais no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e sem elas o processo fica comprometido” (TONIOLO, 2010, p. 64)

Pensar em amorosidade na educação, então, inclui o comprometimento que o educador deve ter com o outro, exigindo também a relação amorosidade/competência compromissada. Isto é, este comprometimento faz com que o docente conduza o processo formativo com amorosidade sem excluir o rigor, o engajamento e a seriedade. Não se trata de um “passar de mão na cabeça”, um “dar um carinho” quando o estudante precisa etc. Diz Toniolo (2010, p. 64) que “a amorosidade, o diálogo, o respeito e o comprometimento com o outro impulsionam à busca epistemológica do saber que vai sendo aprendido e construído numa relação horizontal, com rigorosidade e competência docente”. No dizeres de Machado (2021),

É através de uma relação professor-aluno permeada pela amorosidade docente que o educando desenvolve sua autonomia, (re)descobre sua dignidade e sua presença no mundo como “ser histórico-social”, tornando-se

visível e ativo no processo de aprendizagem, cada vez mais ganhando voz para um presente e futuro libertador. (MACHADO, 2021, p. 47).

Assim, é importante compreender que um educador que inclui a afetividade em seu processo não está sendo permissivo com a indisciplina; nem tampouco é um docente autoritário. Há uma linha muito tênue entre esses dois polos. Segundo Cortella (2013):

[...] não basta amorosidade, tem que ser uma amorosidade competente. Porque a amorosidade que não é competente é mera boa intenção e, muitas vezes, o desastre é grande. Não basta ter amorosidade. Não basta falar numa pedagogia do amor que não carregue a competência e a formação. Porque, do contrário, ela fica apenas no plano das intenções. [...] Tem que ser um amor que carregue competência. (CORTELLA, 2013, p. 06).

E o próprio Paulo Freire (2002) é claro quanto a isso:

A competência técnico científica e o rigor de que o professor não deve abrir mão no desenvolvimento do seu trabalho, não são incompatíveis com a amorosidade necessária às relações educativas. Essa postura ajuda a construir o ambiente favorável à produção do conhecimento onde o medo do professor e o mito que se cria em torno da sua pessoa vão sendo desvalados. É preciso aprender a ser coerente. De nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças. (FREIRE, 2002, p. 7).

A disciplina é um constituinte da liberdade do estudante, um elemento importante no seu processo educativo, pois ajuda-o a discernir os limites éticos para o convívio em sociedade. A disciplina não é mera imposição de autoridade. Como diz Freire (2002):

Autoritarismo e licenciosidade são formas indisciplinadas de comportamento que negam o que venho chamando a vocação ontológica do ser humano [a ser mais]. Assim como inexistente disciplina no autoritarismo ou na licenciosidade, desaparece em ambos, a rigor, autoridade ou liberdade. Somente nas práticas em que autoridade e liberdade se afirmam e se preservam enquanto elas mesmas, portanto no respeito mútuo, é que se pode falar de práticas disciplinadas como também em práticas favoráveis à vocação para o ser mais (FREIRE, 2002, p. 34).

O processo educacional comprometido com a formação integral das pessoas se pauta numa relação amorosa-dialógica-competente fundamental à construção de um conhecimento que possibilite a formação cidadã crítica e autônoma. Visa uma pessoa que não apenas recebe informação, mas que consegue articular o saber escolar com sua vida. Assim, ela deixa de ser um depósito de conhecimento enciclopédico para aplicar este conhecimento em sua vida cidadã cotidiana, comprometida eticamente com a sociedade e o próximo.

Em *Pedagogia da Indignação*, Freire amplia ainda a amorosidade a um tom ecológico.

Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornamos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador. (FREIRE, 2000, p. 31).

Entendemos que essa perspectiva ecológica apontada pelo educador é o compromisso que cada indivíduo precisa ter com o outro e com o ambiente (habitat) em que está inserido. “Freire é considerado um educador que se nutriu de um profundo amor pelos seres humanos e não humanos. Amor que se torna uma experiência de afeto e partilha, capaz de proporcionar ‘dignidade coletiva e utópicas esperanças em que a vida é referência [...]’” (SOUSA; MAÇANEIRO, 2021, p. 205). Amorosidade e educação têm perspectivas abrangentes no pensamento freiriano e suas implicações atingem dimensões variadas da vida humana. Compreende Freire (2015) que estamos ensinando e aprendendo constantemente, de diversas maneiras:

Na sucessão de aprendizagens de que participamos, vai sendo enfatizado em nós o amor à vida ou o amor à morte. A maneira como nos relacionamos desde a mais tenra idade com os animais, com as plantas, com as flores, com os brinquedos, com os outros. A maneira como pensamos o mundo, como atuamos sobre ele: a malvadez com que tratamos os objetos, destruindo-os ou desprezando-os. O testemunho que damos aos filhos de desrespeito aos fracos, o desdém pela vida. Assim ensinamos e aprendemos a amar a vida ou a negá-la. (FREIRE, 2015, p. 107).

A educação que seja, de fato, amorosa precisa afetar o educando para que ele se torne um agente transformador na sociedade em que está inserido, em suas múltiplas dimensões.

Educar com amor e afeto: o desafio docente no processo de alfabetização – “A mente dominar / Jamais deixar de acreditar”

O primeiro contato da criança com a instituição escolar se dá por meio de seu ingresso na Educação Básica (Educação Infantil), oferecida em creches para crianças de até 3 anos e em pré-escolas para as crianças de 4 a 5 anos de idade. De acordo com a LDB (BRASIL, 1996), a Educação Básica é obrigatória a partir dos quatro anos de idade.

A Educação Infantil é a etapa na qual a escola propicia ao educando ocasião especial para desenvolver características inerentes à idade, como o brincar e o autoconhecimento como ser social, habilidades que o tornem autônomo em algumas atividades, visando à preparação para o processo de escolarização continuado no Ensino Fundamental. Seu principal objetivo é o desenvolvimento da socialização entre os colegas, a família e os adultos.

A criança continua sua caminhada na escola ingressando no Ensino Fundamental, primeira etapa da Educação Básica, que engloba o Ensino Fundamental, com 9 anos escolares (divididos em duas etapas – Fundamental I: do primeiro ao quinto ano; e Fundamental II: do sexto ao nono ano), e o Ensino Médio, com três anos escolares.

Logo nos primeiros anos, a “missão” da escola é alfabetizar essa criança. Pode-se entender que o processo de alfabetização é aquisição do código linguístico pelo educando: ou seja, nos primeiros

anos a criança deve aprender a ler e a escrever. O processo de alfabetização envolve a codificação e decodificação de signos linguísticos, ou seja, dominar as habilidades básicas de leitura e escrita (SILVA; SANTOS, 2020).

Paralelo e complementar ao conceito de alfabetização, a academia desenvolveu o conceito de letramento. Segundo Soares (2004):

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – *a alfabetização* – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – *o letramento*. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se *no contexto de e por meio de* práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver *no contexto da e por meio da* aprendizagem das relações fonema–grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2004, p. 14).

Assim, o letramento é o processo de uso social da alfabetização. Dito de outro modo, a alfabetização é o processo de aquisição da língua; já o letramento é o processo de aquisição e uso da linguagem. Os dois conceitos caminham juntos.

Desde o processo de redemocratização do país, em meados dos anos 1980, o Brasil tem criado arcabouços jurídicos para que os direitos do cidadão sejam garantidos. A Constituição de 1988 assegurou uma série de direitos. Logo em seu artigo 6º, ela define a educação e a saúde como direitos sociais de todo cidadão. (BRASIL, 1988). A educação recebeu especial atenção do legislador ao determinar, no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o

trabalho.” (BRASIL, 1988). Daí que o Estado tem elaborado uma série de políticas públicas para que tal direito se garantisse a todos. A LDB

[...] determinou que os currículos da Educação Básica tivessem uma base nacional comum; logo após, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997). Anos mais tarde, em 2013, o governo federal lançou as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2013). O Plano Nacional de Educação (PNE – Lei 13.005, de 25 de junho de 2014) vem reiterar a necessidade de uma base nacional [...]. (OLIVEIRA; SEQUEIRA; SOUZA, 2021, p. 2).

A alfabetização tem sido uma preocupação do Estado. Há 60 anos, a taxa de analfabetismo no Brasil chegava a 40% da população (OLIVEIRA; SEQUEIRA; SOUZA, 2021). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, determinou a taxa atual de analfabetismo no país em 6,6% para a população com 15 anos ou mais, índice aquém do percentual estipulado pelo Plano Nacional de Educação⁴.

Além do mais, no decurso temporal, a alfabetização nacional melhorou em números, mas as pesquisas quantitativas não dão conta de mensurar a qualidade deste processo.

A preocupação com esta etapa da educação da criança, tem sido uma constante preocupação para as políticas públicas. Em 2019, foi promulgado o *Decreto 9.765*, de 11 de abril, que institui a Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019). Nele se diz:

Art. 4º São objetivos da Política Nacional de Alfabetização:

I - elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas;

⁴ Disponível em: [https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=Um%20dado%20importante%20sobre%20educa%C3%A7%C3%A3o,\(11%20milh%C3%B5es%20de%20analfabetos\)](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=Um%20dado%20importante%20sobre%20educa%C3%A7%C3%A3o,(11%20milh%C3%B5es%20de%20analfabetos).). Acesso em: 25 abr. 2023.

II - contribuir para a consecução das Metas 5 e 9 do Plano Nacional de Educação de que trata o Anexo à Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014;

III - assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País;

IV - impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes etapas e níveis; e

V - promover o estudo, a divulgação e a aplicação do conhecimento científico sobre literacia, alfabetização e numeracia (BRASIL, 2019, *itálicos nossos*).

Da legislação que guia o processo educacional, há um conflito de metas. O Plano Nacional de Educacional, já mencionado, determina que o processo de alfabetização deve ocorrer nos três primeiros anos da Educação Básica. Entretanto, a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental determina que:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL, 2018).

Ora, na perspectiva freiriana a alfabetização tem profunda marca relacional e afetiva. Não está em jogo apenas aprender a ler palavras e signos linguísticos, mas “uma alfabetização que ofereça condições de leitura de mundo e de agir de maneira responsável sobre ele, não bastando que a realidade social seja decodificada, mas que os sujeitos consigam escrever outra forma de ser, de viver e de pensar no mundo.” (MESSIAS; FERREIRA, 2021, p. 60).

Implica-se, assim, que acolhida e afeto sejam atitudes que permeiem toda a prática docente, da educação infantil ao curso superior. Não existe educação onde não há qualquer tipo de afetividade.

“Cuidar é um modo de ser, de existir dos humanos para consigo e para com os outros, moldando os relacionamentos” (ECCO; NOGARO, 2020, p. 114).

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o educando está entrando em uma outra realidade de vida. Passa a cumprir um horário determinado; deve fazer as atividades propostas. Esse momento de transição só será favorável aos agentes do processo, ou seja, criança, professor, instituição, se houver diálogo e afeto. O professor alfabetizador não deve ser apenas um funcionário burocrático que irá transmitir conhecimentos ao educando, como no paradigma da educação bancária. “Não há educação sem amor. [...] Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo. Não respeita.” (FREIRE apud ECCO; NOGARO, 2020, p. 115).

A docência é uma atividade exigente, envolve aqueles que realmente compreendem a importância do professor e estão dispostos a superar as restrições que a carreira impõe: baixos salários, falta de condição de trabalho, trabalho fora do horário de trabalho, entre outros.

Em suma, o professor e a professora, que também precisam ser cuidados amorosamente (MESSIAS; MANCILHA, 2020), são aqueles que cuidam da aprendizagem da criança, contribuindo para que suas potencialidades sejam desenvolvidas. Isso implica a necessidade de conhecimentos sobre a epistemologia da educação, os fundamentos filosófico-antropológico-sócio-históricos da educação, saberes técnicos, estratégias didáticas e pedagógicas. Esse encadeamento de tarefas só é possível se houver a sensibilidade para compreender os anseios e necessidades do educando, e também que se tenha clareza da própria necessidade de cuidado do educador. Isso é decência na docência (MESSIAS, 2021).

Não basta querer mudar, há que se saber o que, porque e como implementar processos de transformação no exercício da profissão docente. É essa [...] [uma das dimensões] da amorosidade na docência: mais que cuidar da atuação, há que se zelar pela formação, no sentido de atualizar conhecimentos, pois são elementos basilares para os que-fazeres profissionais da docência. (ECCO; NOGARO, 2020, p. 115).

No contraponto à educação bancária, e observando a prática pedagógica comum entre os docentes, o professor alfabetizador não deve utilizar somente as cartilhas para a prática pedagógica nas séries alfabetizadoras, mas incorporar um currículo diversificado, entendendo que as crianças chegam à

escola a partir de diversos contextos. A aprendizagem só se efetiva quando o educando consegue conferir sentido àquilo que está aprendendo, e isso implica que a aprendizagem também seja afetiva.

A eficácia do “Método Paulo Freire” se dá justamente pela união entre ensino e vida; não é pela união cartilha-ensino. Ensina-se e aprende-se com que se vive. Diz Freire (1967):

Só assim a alfabetização cobra sentido. É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre o seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. Sobre o encontro das consciências. Reflexão sobre a própria alfabetização, que deixa assim de ser algo externo ao homem, para ser dele mesmo. Para sair de dentro de si, em relação com o mundo, como uma criação. Só assim nos parece válido o trabalho da alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma forma de transformação do mundo. Só assim a alfabetização tem sentido. Na medida em que o homem, embora analfabeto, descobrindo a relatividade da ignorância e da sabedoria, retira um dos fundamentos para sua manipulação pelas falsas elites. Só assim a alfabetização tem sentido. (FREIRE, 1967, p. 142).

A prática revolucionária da amorosidade na educação, sobretudo no processo de alfabetização, exige um docente que busque por seus direitos e pelos direitos do educando. É apenas por meio da construção de uma relação professor-aluno entranhada de amorosidade e diálogo que o estudante pode desenvolver sua autonomia no processo de educação, redescobre a própria dignidade e “finca” presença na realidade em que vive (FREIRE, 2002).

É necessário que se construa uma relação de qualidade entre educador e educando. Para que o docente não seja apenas um funcionário da instituição, ele deve construir, com o educando, uma relação de diálogo, permeada de amorosidade. Como diz Marcondes (2022):

Uma educação amorosa é, portanto, compromisso com os seres humanos e reage à violência de todo tipo, desde o silenciamento mais brando das vozes

de seus sujeitos até a dominação hierárquica dos saberes; da falta de compreensão das angústias individuais à imposição rígida do cumprimento de atividades e avaliações que em nada dialogam com o processo formativo. Um educador amoroso, uma educadora amorosa são aqueles que não se acomodam na passividade dos processos institucionais ou das condições da própria educabilidade humana. Ser amoroso, amorosa significa defender a humanidade que há em nós, nem boa e nem ruim, mas histórica e processual. [...] [Conforme diz Paulo Freire no livro Educação e Mudança]: “Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita”. E nesse processo de reflexão sobre o papel docente para e em uma educação amorosa é que Freire indaga: “Como ser educador, se não desenvolvo em mim a indispensável amorosidade aos educandos com quem me comprometo e ao próprio processo formador de que sou parte?” (MARCONDES, 2022, p. 62).

O processo de aquisição da língua materna pelo educando é permeado de dificuldades. A começar pela dificuldade legal: a criança deve ser alfabetizada em dois ou três anos escolares? O importante não é a duração do período, mas, sim, que o processo seja completo.

Não é o objetivo deste trabalho aferir a qualidade da alfabetização nas escolas, mas, ao longo da pesquisa, diversos autores consultados apontaram falhas. Em um mundo onde as relações são cada vez mais líquidas, inclusive dentro do seio familiar, a construção de vínculos dialógico-amorosos na escola, entre educador-educando, educando-educando, educador-educador, se torna cada vez mais essencial para que a alfabetização crítica (leitura da palavra e leitura de mundo) aconteça de fato e as lacunas existentes possam ser superadas. Não é uma tarefa fácil! Mas, talvez, seja um novo horizonte para o professor-alfabetizador: construir uma alfabetização amorosa.

Considerações finais: “No horizonte vejo um novo alvorecer”

Ao longo deste trabalho procuramos lidar com alguns conceitos basilares do pensamento de Paulo Freire. Por meio de sua trajetória de vida, foi possível elucidar os caminhos percorridos para a construção de suas teorias acerca da educação.

Vimos que a educação bancária, realidade ainda persistente na América Latina, é um princípio que deve ser superado por uma educação que, efetivamente, coloque o educando como centro de todo processo educacional. Isso exige trazer para o ensino-aprendizagem a sua realidade, vivenciando, assim, uma educação que seja, sempre mais, libertadora, humanizada e amorosa.

O conceito de amorosidade, por sua vez, transcende a mera abstração sentimental, pautando-se numa relação dialógica entre docente e discente. Amorosidade e dialogicidade são duas realidades que não se dissociam, assim como não se separam da exigência de compromisso competente. Mais que sentimento vago, amorosidade é ato concreto que o educador deve ter ao longo do processo educacional, efetivado pela postura dialógica e sempre mais humanizada em sua prática. Como diz Arroyo (2001, p. 49 apud ECCO; NOGARO, s.d), “a postura mais importante será reconhecer que cada educando é gente”.

Mas, para que a amorosidade seja uma constante na prática docente, é necessário ser abordada ao longo da formação da professora e do professor. Só se oferece aquilo que se conhece. A mudança de postura está intimamente ligada a uma mudança na formação.

É fundamental valorizar a docência como um ato de amorosidade. Há quem diga que, em se tratando de realidade brasileira, isso é praticamente impossível. Como adotar uma postura de amorosidade quando se tem de dar aula em salas repletas, sem carteiras suficientes, sem material suficiente, sem salário suficiente? Mas é exatamente em condições absolutamente difíceis que a amorosidade aparece e é imprescindível. (CORTELLA, 2014, p. 14).

Futuras pesquisas podem analisar, pelo método quali-quantitativo, a aplicação de técnicas pedagógicas que envolvam aspectos ligados à amorosidade e à dialogicidade. Para avaliar o processo educacional, a estatística não é o principal caminho, já que a educação não lida com objeto exato. Mas a pesquisa quali-quantitativa pode oferecer importantes dados ao desenvolvimento de sólidas políticas públicas à alfabetização. Nossa pesquisa deve, assim, continuar.

Bibliografia

ANDRADE, Viviane de Jesus Caldeira. VARISCO, Alessandra Gomes. Resenha crítica da obra ‘Pedagogia da Autonomia’, de Paulo Freire. **Consciesi**, Itapira, v. 3, n. 1, p. 49-51, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964**: institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. [Brasília]: Presidência da República, 21 jan. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. [Brasília]: Presidência da República, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [Brasília]: Presidência da República, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**: institui a Política Nacional de Alfabetização. [Brasília]: Presidência da República, 11 abr. 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014**: aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. [Brasília]: Presidência da República, 25 out. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. [Brasília]: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Paulo Freire**: utopias e esperanças. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/57/54>. Acesso em: 25 abr. 2023.

- COSTA, José Junio Souza da. A educação segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica. **Theoria**, Pouso Alegre, v. VII, n. 18, p. 72, 2015.
- DALLA VECCHIA, Agostinho Mário. Afetividade. *In*: STRECK, Danilo R. REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 4ª. ed. rev. e amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- ECCO, Idanir. NOGARO, Arnaldo. A amorosidade no exercício da docência. *In*: DICKMANN, Ivania (org.). **Educar é um ato de amor**. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020.
- ECCO, Idanir. NOGARO, Arnaldo. **A educação em Paulo Freire como processo de humanização**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/48037020-A-educacao-em-paulo-freire-como-processo-de-humanizacao.html>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- FERRAREZI JR., Celso. **Pedagogia do silenciamento: a escola e o ensino de língua materna**. São Paulo: Parábola, 2014.
- FERNANDES, Cleoni. Amorosidade. *In*: STRECK, Danilo R. REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: EdUNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. Reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. São Paulo, Paz e Terra: 2015.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009
- JACKIW, Elizandra. HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. BENVENUTTI, Cristiane Dall'Agnol da Silva. A amorosidade no ato de educar em Paulo Freire e Humberto Maturana: aproximações possíveis. **Teias**, [s. l.], v. 22, n. 67, p. 7-17, out/dez 2021.
- MACHADO, Bárbara Alves Branco. **A amorosidade em uma perspectiva freiriana: análise de um curso de extensão com professoras da rede estadual de ensino do RS do município de Bagé**. Orientador: Claudete da Silva Lima Martins. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2021.

MARCONDES, Ofélia Maria. Paulo Freire: por uma educação amorosa!. **Cactácea**, São Paulo, v. 2, n. 4, mar. 2022.

MESSIAS, Elvis R. MANCILHA, Mariana Silva. Dia dos professores? *In*: ANPED. **Boletins da ANPEd**. 2020. Disponível em: <https://anped.org.br/news/dia-dos-professores-colaboracao-de-texto-por-elvis-rezende-messias-gt-17-e-mariana-silva>. Acesso em: 25 abr. 2023.

MESSIAS, Elvis R. Docência e decência: a experiência educacional como laboratório cultural. *In*: BRAZIER, Fábio. SUBRINHO, Abinalio Ubiratan. BULATY, Andréia. **Formação de professores: políticas, tensões e perspectivas**. Santa Maria: Arco, 2021.

MESSIAS, Elvis Rezende. FERREIRA, Ana Paula. A formação do sujeito mediada pela linguagem no contexto escolar. **Sapiens**, Carangola, v. 3, n. 1, p. 45-64, jan./jun. 2021.

OLIVEIRA, Alda Siqueira L. SEQUEIRA, Deisilucy de Aragão F.. SOUZA, Tatiane R. “A importância do ato de ler”: amorosidade, afetividade e diálogo como prática alfabetizadora. **Dignidade Re-Vista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, jul. 2021.

SILVA, Eduardo Dias da. DERING, Renato de Oliveira. A perspectiva de educação básica de Freire e seus impactos na formação do sujeito frente à BNCC. *In*: BAGGIO, Vilmar. **DNA Educação III**. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2019.

SILVA, Paulina Gessika Ferreira da; SANTOS, Maria Raiana Barbosa dos. Alfabetização e letramento: conceitos e diferenças. **Anais VII CONEDU - Edição Online**. Campina Grande: Realize Editora, 2020.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Alfabetização**, [s. l.], ed. 25, Jan/Fev/Mar/Abr 2004.

SOUZA, Cirlene Cristina de. MAÇANEIRO, Marcial. Aprendizagens de esperança com Paulo Freire. *In*: CHACON, Daniel Ribeiro de Almeida (Org.). **Pedagogia da resistência: escritos a partir da vida e obra de Paulo Freire**. Petrópolis: Vozes, 2021.

SOUZA, Elias Bezerra de. Carta por uma pedagogia do amor. *In*: DICKMANN, Ivanio (org.). **Educar é um ato de amor**. V. 1. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020.

TONIOLO, Joze Medianeira dos Santos. **Diálogo e amorosidade em Paulo Freire: dos princípios às atitudes na formação de professores**. 2010. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

VALE, Maria José et al. **Paulo Freire, educar para transformar: almanaque histórico**. São Paulo: Mercado Cultural, 2005. (Projeto Memória)

Autores:

Patrícia Miranda

Licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora de Sion (Campanha/MG) e em Pedagogia pela UEMG-Campanha. Professora da Rede Municipal de Campanha.

E-mail: patriciamrd@outlook.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1236-6590>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7208604895020755>

Elvis Rezende Messias

Filósofo e teólogo. Doutorando em Educação pela Universidade Nove de Julho (bolsista CAPES). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Especialista em Ensino de Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano e em Doutrina Social da Igreja pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Atua como docente-pesquisador e vice-diretor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Campanha). Associado da ANPEd (GT 17) e membro do GRUPEFE (CNPq, UNINOVE).

E-mail: elvismessias.prof@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5395-1964>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6411412202303140>